



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

CPI 1/SRE-DRPRI/2025

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Aquisição de serviços de vigilância diurna e rondas noturnas destinadas a 6 escolas básicas de 1ºCiclo com pré-escolar e rondas noturnas em 3 instalações desportivas.

CADERNO DE ENCARGOS

Funchal, 20 de Junho de 2025



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

INDICE

Capítulo I	– Disposições gerais
Cláusula 1.^a	– Objeto
Cláusula 2.^a	– Contrato
Cláusula 3.^a	– Prazo
Cláusula 4.^a	– Preço Base
Capítulo II	– OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
Cláusula 5.^a	– Local da prestação de serviços
Cláusula 6.^a	– Descrição dos serviços a prestar
Cláusula 7.^a	– Preço contratual
Cláusula 8.^a	– Condições de pagamento
Capítulo III	– Penalidades contratuais e resolução
Cláusula 9.^a	– Penalidades contratuais
Cláusula 10.^a	– Resolução do contrato
Capítulo IV	– Caução e seguros
Cláusula 11.^a	– Caução
Cláusula 12.^a	– Seguros
Capítulo V	– Resolução de Litígios
Cláusula 13.^a	– Foro competente
Capítulo VI	– Disposições Finais
Cláusula 14.^a	– Subcontratação e cessão da posição contratual
Cláusula 15.^a	– Comunicações e notificações
Cláusula 16.^a	– Contagem dos prazos
Cláusula 17.^a	– Legislação aplicável
Cláusula 18.^a	– Definições
Anexo I	– Listas de preços a propor pelo concorrente
Anexo II	– Lista de estabelecimentos/instalações e obrigações contratuais específicas



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

Capítulo I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição dos serviços de vigilância diurna e rondas noturnas destinadas a 6 escolas básicas de 1º Ciclo com pré-escolar e rondas noturnas em 3 instalações desportivas constantes do **ANEXO II** do presente caderno de encargos.

Cláusula 2.^a

Contrato

1 - O contrato é composto pelo clausulado contratual o qual deve integrar os elementos constantes do artigo 96.º do CCP.

2 - O contrato a celebrar integra sempre os seguintes elementos:

- a) Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

Cláusula 3.^a

Prazo

1. O contrato será válido durante **24 (vinte e quatro) meses**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. O contrato será executado **entre 1 de setembro de 2025 e 31 de agosto de 2027**.

Cláusula 4.^a

Preço Base

O preço base que a entidade adjudicante está disposta a pagar pela prestação de serviços é de:

- **250.000€ (Duzentos e cinquenta mil euros)**, ao qual acresce o imposto sobre o valor acrescentado (I.V.A.);

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula 5.^a

Local da prestação de serviços

A prestação de serviços terá lugar nas instalações referidas no **ANEXO II**.

Cláusula 6.^a

Descrição dos serviços a prestar

1. A presente clausula descreve a forma da prestação dos serviços:

1.1. – O adjudicatário obriga-se a cumprir com os serviços descritos no **ANEXO II**.

2. Recomenda-se que os concorrentes, com a devida autorização da DRPRI, procedam a uma visita às instalações atrás referenciadas, com o intuito de se inteirarem das condições existentes e eventuais



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

condicionamentos à prestação dos serviços, não podendo, em situação alguma, ser alegado que a existência de eventuais condicionamentos nos estabelecimentos/instalações impeça a cabal prestação dos serviços.

Cláusula 7.^a

Preço contratual

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a SRE-DRPRI deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, designadamente os relativos aos meios humanos especializados necessários à completa execução da prestação de serviços, incluindo os relativos ao transporte dos vigilantes, às deslocações para a execução do serviço de rondas, ao fardamento, à formação periódica e obrigatória, seguros de responsabilidade civil, aos meios eletrónicos de registo de rondas, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3. O preço base (valor máximo) que a SRE - DRPRI se dispõe a pagar pela execução da prestação de serviços, que constitui o seu objeto é o referido na **cláusula 4^a** acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

4. O valor global do contrato (**VGC**) a apresentar no anexo I incluirá:

a) Os somatórios do valor para vigilância diurna, do valor da vigilância noturna e do valor para as rondas noturnas por instalação que corresponde ao Valor do Contrato por Instalação (VCI) por cada ano de contrato.

5. Verificando-se a desativação de qualquer instalação, **por causa imputável ao adjudicante**, a DRPRI, tendo em conta os valores apresentados em concurso e os termos da presente contratação, reserva-se no



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

direito de utilizar o valor restante do VCI no reforço dos serviços de vigilância nas restantes instalações, subtraindo esta verba de modo equitativo às mensalidades em falta.

6. Para efeitos do número anterior, a DRPRI, com a antecedência de **30 dias seguidos**, notificará o adjudicatário da suspensão da realização de serviço de vigilância na instalação em causa, servindo esta notificação para desobrigar a empresa de todos os compromissos assumidos com o contratante para a referida instalação.

7. No caso de a entidade adjudicante entender substituir um estabelecimento/instalação ou reforçar um serviço numa outra instalação em detrimento de outra, o valor de referência para a contratação desses serviços será de acordo com os valores apresentados em concurso tendo em conta as instalações da mesma área geográfica e de tipologia semelhante.

8. Os valores referentes à efetiva prestação dos serviços a todas as instalações contempladas neste caderno de encargos serão faturados mensalmente de acordo com o disposto na cláusula 8ª.

9. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, **o adjudicatário apenas auferirá o montante referente à efetiva realização da prestação de serviços** de vigilância diurna e rondas noturnas.

10. Para efeitos do disposto no número anterior e de faturação, o adjudicatário deverá entregar na reunião mensal a documentação que comprove a efetiva prestação do serviço, designadamente, para os serviços de vigilância os relatórios de serviço validados pelos respetivos diretores de instalação e para o serviço de rondas a documentação gerada pelo equipamento de registo eletrónico.

Cláusula 8.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pela SRE-DRPRI, nos termos da cláusula anterior, deve ser processada mensalmente no prazo de 30 dias após a receção das respetivas faturas, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e da atribuição do número de compromisso.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega mensal dos comprovativos de vigilância diurna devidamente autenticado pelo diretor do estabelecimento/instalação e com a entrega mensal do registo eletrónico de rondas noturnas devidamente validado pelo departamento técnico da DRPRI da conformidade dos circuitos efetuados.
3. Em caso de discordância por parte da SRE-DRPRI, quanto ao valor indicado nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são encaminhadas para a Tesouraria do Governo Regional da Secretaria Regional das Finanças a fim de serem pagas através de cheque ou transferência bancária.
5. Nos termos da **Lei dos compromissos e pagamentos em atraso**, o fornecimento dos serviços só deverá ser concretizado após o conhecimento prévio de nº de compromisso para o mês em questão e até o respetivo valor. O direito de pagamento apenas se efetiva nesses termos e prazos legais.

CAPÍTULO III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Por causa imputável ao adjudicatário, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a SRE-DRPRI pode exigir do fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- i) Pelo incumprimento do disposto no ponto 2 do Anexo II, designadamente, a não entrega mensal do registo das rondas noturnas ou a não realização das rondas com equipamento eletrónico com registo em tempo real em cada ponto de verificação ou a sua entrega incompleta ou a não verificação completa em cada ronda de todos os pontos definidos para cada estabelecimento/instalação desportiva, implica a aplicação de uma penalização **por cada semana de incumprimento**, sendo esta igual a cinco vezes o valor semanal do estabelecimento



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

ou instalação desportiva em causa, durante o tempo em que se verificar (ou que se verificou) a infração. O valor resultante desta penalização será descontado na mensalidade seguinte.

- ii) Pelo incumprimento do disposto nos pontos 1 e 3 do Anexo II, designadamente, a não entrega mensal de todos os relatórios de serviço devidamente assinados pelos respetivos diretores de instalação ou a não apresentação da certificação de ODAE de cada vigilante afeto a cada portaria, implica a aplicação de uma penalização **por cada dia de incumprimento**, sendo esta igual a três vezes o valor diário do estabelecimento de ensino ou instalação desportiva em causa, durante o tempo em que se verificar (ou que se verificou) a infração. O valor resultante desta penalização será descontado na mensalidade seguinte.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do adjudicatário(s), a SRE-DRPRI pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do valor da proposta apresentada a concurso.

3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo adjudicatário ao abrigo das alíneas que compõem o ponto 1, relativamente à prestação dos serviços objeto do contrato cujo atraso na sua realização tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a SRE-DRPRI tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A SRE-DRPRI pode compensar o pagamento devido ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a SRE-DRPRI exija uma indemnização pelo dano excedente.

7 – O somatório da aplicação das penalizações previstas na presente cláusula não excederá o valor correspondente a 20% do Valor Global do Contrato.

Cláusula 10.^a

Resolução do contrato

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução específicos previstos no CCP, as partes podem resolver o contrato ao abrigo dos fundamentos constantes dos artigos 330º a 335º daquele diploma legal, no caso de alguma delas violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada à contraparte.

Capítulo IV

Caução e seguros

Cláusula 11.^a

Execução da caução

1. A caução prestada, de 3% sobre o preço contratual, conforme exigida no artigo 18.º do programa de concurso, para o bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do concurso, pode ser executada pela SRE-DRPRI, sem necessidade de prévia decisão judicial, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 30 dias após a notificação da SRE-DRPRI para esse efeito.
3. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Serão da responsabilidade do adjudicatário os seguros necessários, e até o limite legal exigível, contra acidentes de trabalho, responsabilidade civil e outros essenciais à segurança da prestação de serviços e de todo o pessoal afeto a esta (consoante o seu conteúdo funcional).
2. A SRE-DRPRI pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração e pagamento dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de 10 dias.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 13.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 14.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 15.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 16.^a

Contagem dos prazos

A contagem dos prazos será de acordo com o disposto no artigo 470º do Código dos Contratos Públicos.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

Cláusula 17.^a

Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente Caderno de Encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional nº34/2008/M, de 14 de agosto, nas suas atuais redações, e demais legislação aplicável.

Cláusula 18.^a

Definições

Designa-se por:

- a) SRE – Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia;
- b) DRPRI – Direção Regional de Planeamento, Recursos e Infraestruturas;
- c) CE – Caderno de Encargos;
- d) EIS – Estabelecimento de Ensino / Instalação Desportiva / Serviço da DRPRI;
- e) VCI – Valor do Contrato por Instalação;
- f) VGC – Valor Global do Contrato;
- g) MAI – Ministério da Administração Interna;
- h) CPOF – Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal;
- i) IMPIC – Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

ANEXO I

Listas de preços a propor pelo concorrente

a) VALOR GLOBAL DO CONTRATO (VGC):

	1º ano do contrato			2º ano do contrato		
ID da instalação	Vigilância Diurna	Rondas Noturnas	VCI_1 (Vigilância + rondas)	Vigilância Diurna	Rondas Noturnas	VCI_2 (Vigilância + rondas)
539						
169						
162						
354						
147						
246						
607						
606						
645						
$\sum VCI_1$				$\sum VCI_2$		
VGC – Valor Global do contrato (valor sem IVA incluído) $VGC = \sum VCI_1 + \sum VCI_2$						

Nota informativa:

Tendo em conta a natureza dos locais da prestação dos serviços (estabelecimentos de ensino e desportivos) e a qualidade mínima que se pretende com que esse serviço seja prestado, **alertamos** que:

i) Os concorrentes ao apresentar proposta devem ter em consideração que no caso de passarem à situação de adjudicatário, nos termos do artigo 17.º do programa de concurso (PC), para além da demais documentação a apresentar, incluindo os alvarás de segurança emitidos pelo MAI, deve apresentar documentos de habilitação comprovativos de **possuir a certificação na NP ISO 9001** no âmbito do sistema de qualidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

- ii) Conforme disposto no ANEXO II deste CE, **todos os vigilantes** que ficarão afetos às portarias devem possuir **certificação de Operador de Desfibrilhador** Automático Externo (ODAE). Durante o contrato, os custos associados à formação de ODAE e respetivas ações de formação de atualização e/ou de manutenção da certificação de ODAE, são da responsabilidade do adjudicatário.
- iii) Mais alertamos que no artigo 11.º do PC está definido um **preço anormalmente baixo**, e que no artigo 18.º do PC é exigida a prestação **de caução no valor de 3%** sobre o valor contratual.

b) Resumos de preços e taxas:

RESUMO PREÇOS SEM IVA INCLUIDO

RESUMO	Preço Total em euro (VGC) , sem IVA incluído.
NUMÉRICO	
EXTENSO	

RESUMO DOS VALORES DO IVA

RESUMO	Taxa de IVA a aplicar(%)
NUMÉRICO	
EXTENSO	

RESUMO	Valor do IVA em Euro.
NUMÉRICO	
EXTENSO	



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

ANEXO II

Lista de estabelecimentos/instalações e obrigações contratuais específicas

Item	ID da Instalação	Estabelecimento/Instalação	Morada	Concelho
1	539	EB1°C c/PE de Câmara de Lobos	Rua Dr. Vasco dos Reis Gonçalves, 39	Câmara de Lobos
2	169	EB1°C c/PE da Cruz de Carvalho	Bairro do Hospital, Rua 2 – nº1	Funchal
3	162	EB1°C c/PE e Creche da Nazaré	Av. Colégio Militar – Nazaré	Funchal
4	354	EB1°C c/PE e Creche de São Gonçalo	Caminho da Igreja, nº 11 - S. Gonçalo	Funchal
5	147	EB1°C c/PE e Creche de Santo Amaro	Travessa Dr. Fernando Rebelo - Bairro de Sto. Amaro	Funchal
6	246	EB1°C c/PE da Camacha	Estrada Engenheiro Abel Vieira	Santa Cruz
7	607	Estádio Câmara de Lobos	Estrada de Santa Clara, Sítio do Carmo	Câmara de Lobos
8	606	Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	Beco dos Álamos, Santo António	Funchal
9	645	Complexo Desportivo de Gaula	Sítio da Faia (Gaula)	Santa Cruz

1. – Obrigações específicas do serviço de vigilância diurna

1.1. – Vigilância diurna em 6 estabelecimentos de ensino de 1º Ciclo que inclui serviço de portaria, nomeadamente, controlo de entradas e saídas de alunos e outros serviços especificados pelas direções de cada estabelecimento dentro do mesmo âmbito;

1.2. – A prestação dos serviços interrompe-se quando não houver atividades letivas, nomeadamente fim de semana, feriados, férias, etc.;

1.3. – Para os dois anos de contrato, o número de dias úteis **estimado** para a **vigilância diurna** é de **360 dias para cada** Estabelecimento de Ensino (tendo como referência o calendário escolar dos anos em que vigora o contrato);

1.4. – A **carga horária diária** é de **8 horas/estabelecimento** no período diurno, enquadrada no horário de funcionamento do estabelecimento de Ensino, de acordo com o seu Diretor(a).

1.5. – O adjudicatário deverá proceder à entrega mensal dos comprovativos (relatórios de serviço) de vigilância diurna devidamente autenticados (assinados) pelo diretor do estabelecimento para efeitos de faturação.

1.6 - Mesmo que à data do início da presente prestação de serviços, ainda não existam equipamentos DAE instalados nos estabelecimentos, o adjudicatário deve no prazo de **30 dias** a contar da data de



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

início do contrato, apresentar comprovativos de que os vigilantes que irão efetuar o serviço de portaria possuem formação certificada ministrada por entidade acreditada pela Proteção Civil em SBV (suporte básico de vida) e em ODAE (operador de desfibrilhador automático externo).

2. – Obrigações específicas do serviço de rondas noturnas:

2.1 – As rondas deverão acontecer em horários aleatórios (entre as 22h e as 7h) durante **toda a vigência do contrato** e da seguinte forma:

- Uma ronda noturna diária a cada estabelecimento e a cada instalação desportiva;
- Para a generalidade das instalações e salvo as exceções indicadas no ponto 2.4, adicionalmente, em cada instalação, serão efetuadas duas rondas noturnas semanais aleatórias, a acontecer em dias diferentes, de segunda-feira a domingo a cada estabelecimento/instalação desportiva.

2.2. – Para efeito de validação da faturação mensal, o adjudicatário deverá comprovar a realização das **rondas noturnas através de um equipamento com registo eletrónico** que permita o seu registo em tempo real, sob pena de aplicação do disposto na alínea a) do ponto 1 clausula 9ª deste caderno de encargos;

2.3 – As rondas noturnas compreendem 5 pontos de verificação, sendo 2 pontos de perímetro, 1 ponto de zona de risco (exemplo: sala de máquinas) e 2 pontos no interior do estabelecimento. Estes pontos serão, em fase de execução, especificados pela SRE-DRPRI;

2.4 – No serviço de rondas noturnas o adjudicatário deverá cumprir com os seguintes tempos mínimos:

ID da Instalação	Estabelecimento/Instalação	N.º mínimo de rondas noturnas semanais	Tempo mínimo de cada ronda (minutos)
539	EB1ºC c/PE de Câmara de Lobos	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
169	EB1ºC c/PE da Cruz de Carvalho	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
162	EB1ºC c/PE e Creche da Nazaré	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
354	EB1ºC c/PE e Creche de São Gonçalo	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
147	EB1ºC c/PE e Creche de Santo Amaro	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
246	EB1ºC c/PE da Camacha	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
607	Estádio Câmara de Lobos	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15
606	Complexo de Piscinas Olímpicas do Funchal	10 rondas (1 ronda/noite + 3 rondas noturnas aleatórias)	20
645	Complexo Desportivo de Gaula	9 rondas (1 ronda/noite + 2 rondas noturnas aleatórias)	15



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DIREÇÃO REGIONAL DE PLANEAMENTO, RECURSOS E INFRAESTRUTURAS

- a. O tempo mínimo de cada ronda em cada instalação, é contado entre o primeiro ponto de verificação e o último ponto de verificação após o vigilante ter percorrido todos os pontos.

3. Especificidades da faturação mensal dos serviços prestados:

Se por razões de força maior (por exemplo a evolução da pandemia COVID - 19) ou se por outra razão funcional ou organizacional, que seja imputável à SRE-DRPRI, acontecer o encerramento definitivo ou temporário da instalação em causa e a entidade adjudicante necessitar de suspender temporária ou definitivamente o contrato em alguma (ou em todas) instalação/estabelecimento abrangido pela presente contratação, os valores a faturar relativos ao serviço efetivamente prestado, serão calculados tendo em conta o seguinte:

- a. Nos termos da presente contratação os valores apresentados a concurso no **ANEXO I**, em cada instalação a vigilância diurna e as rondas noturnas assumem valor unitário idêntico, sendo este apurado por cada dia ou ronda de serviço efetivamente prestado;
- b. No caso do serviço de rondas o valor unitário a considerar para efeitos de faturação, será o valor total anual apresentado para este serviço em cada instalação a dividir pelo número total anual de rondas especificado para a respetiva instalação, por exemplo, no caso do CPOF, o valor unitário a considerar para efeitos de faturação será o valor apresentado para o serviço de rondas a dividir pelo número anual de rondas que para o caso do CPOF é de 520 (10 rondas/semana X 52 semanas);
- c. Para o efeito do disposto nas alíneas anteriores, o adjudicatário será notificado de qualquer intenção de suspensão do contrato com a antecedência de 30 dias;
- d. Não obstante do disposto nas alíneas anteriores, em condições normais de execução do contrato, a faturação dos serviços será mensal e só acontecerá após comunicação da SRE-DRPRI dos valores a faturar para o mês em causa de acordo com a sua efetiva execução.

4. Só é considerada como concluída a execução do contrato quando o adjudicatário cumprir com as seguintes obrigações finais:

- a) Proceder à entrega das chaves no respetivo estabelecimento/instalação;